26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DE JUSTIÇA INFORMACIONAL EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

STRATEGIES FOR PROMOTING INFORMATIONAL JUSTICE IN VULNERABLE TERRITORIES

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro /(UNIRIO)
Nathália Lima Romeiro – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro /(UNIRIO)
Ester da Silveira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro /(UNIRIO)
Tatiana de Almeida – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro /(UNIRIO)
Mariana Acorse Lins de Andrade – Instituto Nacional de Câncer /(INCA)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O trabalho investiga como a Biblioteconomia, por meio de uma práxis territorializada, pode atuar em comunidades vulnerabilizadas no enfrentamento da injustiça epistêmica e do racismo algorítmico. Parte-se da premissa de que a exclusão digital e algorítmica constitui expressão de desigualdades históricas que limitam a produção e a legitimação do conhecimento. O objetivo geral consiste em propor estratégias de atuação territorializada para o enfrentamento da injustiça informacional e do racismo algorítmico em comunidades periféricas e rurais. Para tanto, a pesquisa busca: a) contextualizar a exclusão digital e algorítmica como formas de epistemicídio; b) discutir a educação em informação sob perspectivas pedagógicas críticas como instrumento de emancipação e desenvolvimento do pensamento crítico; e c) apresentar estratégias biblioteconômicas que fomentem redes comunitárias nos territórios vulnerabilizados. A metodologia caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, fundamentada em revisão nas interfaces entre Biblioteconomia, Educação e Relações Raciais, analisada sob a ótica da hermenêutica crítica. Os resultados indicam que a neutralidade profissional é insustentável perante infraestruturas tecnológicas que reproduzem hierarquias sociais, exigindo a reconfiguração da formação, da pesquisa e da extensão universitária. Evidencia-se a necessidade de letramento algorítmico crítico e ações extensionistas integradas ao território, com ênfase na soberania de

dados e na reparação epistêmica. Conclui-se que a Biblioteconomia, ao articular compromisso ético-político e atuação comunitária, reposiciona-se como campo estratégico na defesa da democracia informacional e na promoção da justiça social.
Palavras-chave: justiça informacional; racismo algorítmico; comunidades vulneráveis; práxis biblioteconômicas territorializada.

Abstract: This study explores how Librarianship, through territorialized praxis, can engage with vulnerable communities to confront epistemic injustice and algorithmic racism. It posits that digital and algorithmic exclusion reflects historical inequalities limiting knowledge production. The objective is to propose territorialized strategies against informational injustice in peripheral and rural areas. Specifically, the research: a) contextualizes digital exclusion as epistemicide; b) discusses information literacy via critical pedagogy for emancipation; and c) presents strategies to foster community networks. This qualitative, bibliographic, and exploratory study reviews intersections between Librarianship, Education, and Racial Relations through critical hermeneutics. Results show that professional neutrality is untenable as technological infrastructures reproduce social hierarchies, demanding reconfigured training and university extension. The study emphasizes critical algorithmic literacy, territorialized extension, data sovereignty, and epistemic reparation. It concludes that Librarianship, by linking ethical-political commitment to community action, becomes a strategic field for defending informational democracy and social justice.
Keywords: informational justice; algorithmic racism; vulnerable communities; territorialized librarianship praxis.

1 INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais no Brasil não resultou automaticamente em democratização informacional; ao contrário, plataformas digitais e sistemas de Inteligência Artificial têm aprofundado desigualdades históricas de raça, classe, gênero e território. Se antes a exclusão digital era entendida principalmente como falta de acesso à internet e a dispositivos, hoje ela assume contornos mais complexos. Esta se manifesta por meio de sistemas automatizados que reproduzem vieses raciais e sociais, invisibilizam saberes periféricos e reforçam dinâmicas de silenciamento, ao configurar formas atualizadas de injustiça epistêmica e epistemicídio (Fricker, 2007). Garcês-da-Silva (2020) complementa essa argumentação ao denunciar que o epistemicídio é estabelecido na ciência devido a dependência epistêmica ainda presente nas ciências advindas de dinâmicas do colonialismo, imperialismo e sobretudo da branquitude que atravessa as práticas sociais na interação com esses sistemas. Em territórios vulnerabilizados, como favelas e comunidades rurais, onde o letramento digital e midiático enfrenta limitações, tais tecnologias não apenas desinformam, mas operam como dispositivos de exclusão simbólica. A desinformação, nesse contexto, ultrapassa o estatuto de fenômeno comunicacional e assume a forma de injustiça epistêmica,

comprometendo a capacidade de comunidades historicamente marginalizadas acessarem, validarem e produzirem conhecimento.

Parte-se do entendimento de que justiça informacional não se restringe ao acesso formal à informação, mas envolve condições efetivas de reconhecimento, participação e produção de sentidos nos ecossistemas informacionais. Assim, a problemática que orienta este estudo pode ser formulada nos seguintes termos: como a Biblioteconomia, por meio de uma práxis territorializada, pode atuar em comunidades vulnerabilizadas para enfrentar a injustiça epistêmica e o racismo algorítmico*?* Para responder a essa questão, o objetivo geral da pesquisa consiste em propor estratégias de atuação territorializada para o enfrentamento da injustiça informacional e do racismo algorítmico em comunidades periféricas e rurais, a partir de práticas biblioteconômicas. Para alcançar tal propósito, estabelecem-se três objetivos específicos: a) contextualizar a exclusão digital e algorítmica como expressões da injustiça informacional e do epistemicídio; b) discutir a educação em informação sob a perspectiva de Paulo Freire e bell hooks, articulando-a ao letramento digital e midiático como instrumento de emancipação e desenvolvimento do pensamento crítico; e, c) Apresentar estratégias de atuação biblioteconômica, que fomentem redes comunitárias nos territórios vulnerabilizados.

A relevância deste estudo reside na necessidade de reposicionar a Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como campos estratégicos na defesa da democracia informacional e no enfrentamento das desigualdades sociais. Permanecer circunscrita a práticas institucionalizadas e tecnicistas significa, em última instância, abdicar de uma responsabilidade histórica diante da plataformização da vida social. Com isso, sustenta-se que a BCI se encontra em uma encruzilhada: ou assume uma postura crítica e territorializada, comprometida com a justiça social, racial e informacional, ou corre o risco de tornar-se coadjuvante na reprodução das opressões digitais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, desenvolvida a partir de uma abordagem teórica e propositiva. A opção pela perspectiva qualitativa decorre da necessidade de compreender as dimensões políticas, sociais e subjetivas que atravessam os fenômenos da exclusão digital e algorítmica, os quais não podem ser plenamente apreendidos por indicadores quantitativos. O caráter exploratório

justifica-se pela ainda incipiente consolidação das discussões que articulam justiça informacional, racismo algorítmico e os impactos da Inteligência Artificial (IA) generativa sobre populações historicamente vulnerabilizadas no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

Como procedimento metodológico, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de abrangência nacional e internacional, privilegiando produções situadas nas interfaces entre Ciência da Informação, Biblioteconomia, Educação e Relações Raciais. A seleção do corpus fundamentou-se em matrizes teóricas comprometidas com a análise dos regimes contemporâneos de produção, circulação e legitimação do conhecimento, bem como dos mecanismos estruturais de reprodução das desigualdades. A análise do material bibliográfico foi conduzida à luz da hermenêutica crítica (Ghedin; Nascimento, 2025), favorecendo um diálogo interdisciplinar entre os diferentes referenciais mobilizados, possibilitando articular teorias e compromisso ético-político, ao aproximar a produção acadêmica das demandas por inclusão informacional e reparação epistêmica em territórios historicamente marginalizados.

Para a operacionalização do corpus bibliográfico que fundamenta esta pesquisa, realizou-se um levantamento assistido por critérios de busca específicos entre abril e junho de 2026. O recorte temporal priorizou produções publicadas na última década (2016-2026), visando capturar as discussões mais recentes sobre plataformização e Inteligência Artificial; todavia, marcos conceituais e teóricos de referência de caráter histórico (como Freire, 1981 e Quijano, 2010) foram incorporados independentemente de restrição cronológica.

A busca concentrou-se na base de dados BRAPCI (Bibliografia Representativa de Periódicos em Ciência da Informação), no Portal de Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico. Foram empregados os seguintes descritores em língua portuguesa e inglesa, associados por operadores booleanos (*AND*/*OR*): 'justiça informacional' (*informational justice*), 'racismo algorítmico' (*algorithmic racism*), 'comunidades vulneráveis' (*vulnerable communities*) e 'práxis biblioteconômica' (*territorialized librarianship praxis*).

A seleção do corpus ocorreu em três etapas: primeiro, foram realizadas as buscas nas bases escolhidas; em seguida, foram lidos títulos, resumos e palavras-chave para verificar a relação dos textos com o tema; por fim, os materiais considerados pertinentes foram lidos integralmente. Foram incluídos para a constituição do referencial teórico que sustenta a pesquisa artigos, livros, capítulos e anais de eventos que tratassem de desigualdades

informacionais, racismo algorítmico, exclusão digital, mediação da informação, IA generativa ou práticas informacionais em comunidades vulnerabilizadas. Foram excluídos textos duplicados, materiais sem identificação de autoria ou procedência acadêmica e estudos que abordassem tecnologia apenas de forma técnica, sem relação com desigualdades sociais, raciais ou informacionais. A análise do material foi orientada pela hermenêutica crítica, buscando interpretar os textos em relação ao seu conteúdo e ao contexto social, político e histórico em que foram produzidos. A leitura permitiu organizar os principais debates em eixos temáticos, como justiça informacional, racismo algorítmico, exclusão digital, Inteligência Artificial generativa, mediação da informação em territórios periféricos e rurais e práxis biblioteconômica crítica.

Cumpre destacar que, devido à natureza qualitativa, bibliográfica e marcadamente propositiva deste estudo, as análises não se estruturam sob a métrica de resultados processuais-empíricos convencionais. Alinhando-se aos pressupostos da hermenêutica crítica, os resultados gerados residem na própria costura teórica e na consequente formulação de estratégias orientadas a subsidiar a atuação dos profissionais da informação em cenários de desigualdade e exclusão tecnológica.

3 JUSTIÇA INFORMACIONAL E DISPUTAS POR SENTIDO NO MUNDO DIGITAL

Falar em justiça informacional implica deslocar o debate para além da retórica do acesso. Não se trata apenas de perguntar quem tem internet ou quem frequenta bibliotecas, mas de indagar quem pode produzir conhecimento, quem é reconhecido como fonte legítima e quem consegue participar dos processos de circulação e validação da informação. Nesse sentido, a justiça informacional é percebida como uma tomada de posição diante das desigualdades que estruturam os ecossistemas informacionais.

Como argumenta Garcês-da-Silva (2023), a informação é atravessada por relações de poder. Nessa perspectiva, organização, mediação e disseminação não são desprovidos de intencionalidade, são dinâmicas historicamente situadas que determinam visibilidades e apagamentos. Complementar a isso, Romeiro e Silveira (2024, p. 6) reforçam que justiça informacional envolve não apenas distribuição de recursos, mas reconhecimento e participação, ao requererem “que as pessoas sejam tratadas de forma justa em seus papéis como buscadoras, fontes e produtoras de informação”. Assim, o acesso só é efetivo quando a informação é compreensível, localizável e, sobretudo, utilizável, se assim for o desejo de quem

a procura. Em continuidade, Garcês-da-Silva (2023) demonstra que a exclusão informacional opera em múltiplos níveis: quando sujeitos têm sua credibilidade questionada (injustiça testemunhal), quando lhes faltam instrumentos para interpretar suas próprias experiências (injustiça hermenêutica), quando são excluídos dos currículos e repertórios legitimados (injustiça curricular) ou quando não participam dos processos de produção do conhecimento (injustiça participativa), evidenciando que são muitos os atravessamentos que impactam o alcance da justiça social.

No contexto contemporâneo, marcado pela centralidade das plataformas digitais e da Inteligência Artificial, essas injustiças assumem novos contornos. A exclusão não se limita à ausência de acesso físico; ela passa a operar por meio de infraestruturas algorítmicas que classificam, ranqueiam e invisibilizam sujeitos e territórios. Como já apontado por Saldanha, Almeida e Silveira (2022), sistemas de organização do conhecimento refletem interesses históricos. No ambiente digital, essa lógica é automatizada e ampliada. É nesse ponto que o conceito de racismo algorítmico, formulado por Tarcízio Silva (2022), torna-se incontornável, uma vez que algoritmos são treinados com bases de dados marcadas por desigualdades raciais e sociais, reproduzindo e, muitas vezes, intensificando estigmas. Reconhecimento facial que falha com corpos negros, mecanismos de moderação que penalizam determinadas linguagens periféricas, sistemas de recomendação que reforçam estereótipos; não são desvios pontuais, mas de padrões estruturais de opressão.

A tecnologia, longe de ser imparcial, opera como continuidade de hierarquias coloniais em chave digital. Em outra oportunidade, Tarcízio Silva (2021, p. 131) tensiona essa questão ao afirmar que “os sistemas algorítmicos tomam decisões por nós e sobre nós com uma frequência cada vez maior”. Para enfrentar esse cenário, o autor propõe três fundamentos que convergem para o que denomina literacia midiática, aqui compreendida como educação em informação articulada às relações raciais e a outros marcadores da diferença: 1) compreender como o racismo opera nos algoritmos; 2) desenvolver elaboração e educação emocional para agir diante de situações opressoras; e, 3) assumir compromisso com ações voltadas à redução ou extinção dos danos provocados por essas desigualdades nas comunidades. Dessa maneira, a exclusão digital nas favelas e nos territórios rurais precisa ser compreendida para além da carência de infraestrutura. Refere-se também a exclusão das lógicas que estruturam a inteligibilidade do mundo contemporâneo. Quando comunidades

não dispõem de recursos para compreender como funcionam algoritmos, sistemas de IA e dinâmicas de desinformação, vivenciam uma forma de injustiça hermenêutica, pois acessam e produzem informações sem compreender as lógicas que as estruturam.

A expansão da Inteligência Artificial generativa agrava esse quadro. A circulação de *deepfakes* (também utilizados como forma de criminalização da população negra e como pornografia de vingança), o consumo de textos cada vez mais padronizados e robóticos e a produção exacerbada de imagens sintéticas tensionam critérios de confiabilidade e ampliam a desinformação. Em contextos historicamente marcados por desigualdade educacional e exclusão midiática, esses conteúdos atingem de forma particularmente violenta as populações vulnerabilizadas (Zattar, 2017). A desinformação, nessa esfera, deixa de ser apenas ruído comunicacional e passa a operar como violência simbólica, comprometendo a autonomia interpretativa dos sujeitos e configurando processos de epistemicídio.

Como já advertia Johanna W. Smit (2012), ampliar acervos e serviços é condição necessária, mas não suficiente, para democratizar a informação. Há uma distância entre disponibilizar conteúdos e garantir sua apropriação crítica. Essa distância se amplia no ambiente digital, onde as mediações são opacas e as lógicas algorítmicas permanecem invisíveis à maior parte dos usuários. Diante desse cenário, a atuação profissional precisa ser tensionada. Moraes e Lucas (2012) indicam que a prática biblioteconômica se deslocou da centralidade do acervo para a mediação da informação. Hoje, essa mediação exige incorporar a crítica aos regimes algorítmicos e às dinâmicas de desinformação. Não basta organizar conteúdos; é necessário problematizar as estruturas que definem o que circula, o que ganha visibilidade e o que é silenciado. É aqui que a perspectiva de Paulo Freire (1981) dialoga profundamente com bell hooks (2021). Freire nos lembra que não há educação sem conscientização e que ler o mundo precede a leitura da palavra. Ensinar uma comunidade, nesse contexto, não significa apenas transmitir técnicas de busca ou verificação, mas criar condições para que os sujeitos compreendam criticamente as mediações digitais que estruturam sua experiência cotidiana. bell hooks amplia essa dimensão ao propor uma pedagogia engajada, fundada na esperança e na construção coletiva. Como afirma:

> a cultura do dominador tentou alimentar o medo de nós, tentou nos fazer escolher a segurança em vez do risco, a semelhança em vez da diversidade. Deslocar-se nesse medo, descobrir o que nos conecta, nos divertir com nossas diferenças; esse é o processo que nos aproxima, que nos oferece um mundo de valores compartilhados, de uma comunidade significativa (hooks, 2021, p. 291).

Em diálogo com Freire (1981), essa pedagogia da esperança implica reconhecer que a educação em informação não pode ser apenas defensiva, voltada a evitar golpes ou identificar fake news, mas emancipatória. Trata-se de fortalecer capacidades interpretativas e políticas, cultivando comunidades que não apenas se protejam das violências algorítmicas, mas que também produzam conhecimento, disputem narrativas e construam valores compartilhados.

Nas periferias urbanas e nos territórios rurais, onde faltam (ou inexistem) bibliotecas, equipamentos culturais e políticas consistentes de inclusão digital, essas desigualdades ficam ainda mais evidentes. A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) reconhece o acesso à informação como direito fundamental, mas esse direito só se concretiza quando existem condições reais de uso, participação e produção de conhecimento (Dezuanni; Osman, 2024). Assim, a justiça informacional exige mais do que políticas de acesso: demanda o enfrentamento articulado da injustiça epistêmica, do epistemicídio e do racismo algorítmico. Implica desenvolver ações que assegurem que populações historicamente vulnerabilizadas acessem conteúdos, mas também participem ativamente da produção e da disputa por sentidos nos ecossistemas informacionais contemporâneos. Nesse horizonte, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação são chamadas a assumir um posicionamento ético e político nítido: diante de estruturas que produzem exclusão, a neutralidade não é ausência de posição, é escolha.

4 PARA ALÉM DAS BIBLIOTECAS: O COMPROMISSO SOCIAL DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

Refletir sobre o compromisso social da Biblioteconomia exige deslocar o debate do plano instrumental para o plano epistemológico. As bibliotecas não são instituições neutras nem exteriores às disputas históricas que estruturam a produção do conhecimento. Ao contrário, em algumas realidades constituem-se como dispositivos inscritos na modernidade colonial, participando de um regime de classificação, validação e circulação de saberes que privilegiou matrizes eurocentradas e relegou outros conhecimentos à condição de invisibilidade ou folclorização. A crítica formulada por Aníbal Quijano (2010) acerca da

colonialidade do poder, do saber e do ser oferece chave interpretativa decisiva para compreender esse processo. A modernidade não pode ser dissociada da colonialidade; ela se funda na hierarquização racial, epistêmica e geopolítica que posicionou o Norte global como centro produtor de conhecimento legítimo. Ampliando essa crítica, Walter Mignolo (2020), ao propor o pensamento de fronteira, evidencia que os saberes subalternizados não são resíduos do sistema, mas lugares potenciais de enunciação capazes de desestabilizar a hegemonia ocidental.

No âmbito das ciências e, especificamente, da Organização do Conhecimento, tais dinâmicas manifestam-se na centralidade conferida a autores, métodos e epistemologias produzidos majoritariamente por homens brancos, ocidentais e norte-hemisféricos. A pretensão universalista que sustentou esse modelo consolidou injustiças epistêmicas, ao definir quais sujeitos seriam reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento e quais permaneceriam como objetos de estudo ou como ausências estatísticas. Nesse sentido, como argumentam Romeiro e Silveira (2023), a crítica ao universalismo e a reparação epistêmica são movimentos inseparáveis: a primeira desestabiliza a centralidade hegemônica; a segunda propõe reequilíbrios concretos na representação, no acesso e na participação na produção do conhecimento.

A opção por não empregar o termo “subalterno” nesta formulação decorre do reconhecimento de sua inserção em tradição teórica específica. Embora dialogando com essa vertente, a presente abordagem ancora-se na reformulação proposta por Trivelato (2022), aprofundada neste trabalho, no âmbito da Organização Social e Crítica do Conhecimento. O deslocamento terminológico não é meramente semântico; trata-se de posicionamento epistemológico que busca evitar a fixação identitária e enfatizar dinâmicas estruturais de marginalização. É nesse horizonte que o debate sobre bibliotecas comunitárias e justiça informacional deve ser situado. Em territórios periféricos, rurais, quilombolas e favelizados, a ausência de equipamentos culturais e de profissionais qualificados revela a persistência de uma geografia da colonialidade, reproduzindo a continuidade de um modelo que concentrou infraestrutura cultural nos centros econômicos e relegou vastas populações à condição de destinatárias passivas da informação.

Romeiro e Spudeit (2018) já indicavam que a desinformação compromete o exercício do pensamento crítico e racional, afetando de modo mais intenso grupos socialmente

vulnerabilizados. Em complemento a isso, Cabral e Sousa (2023) reforçam a urgência de atuação em bibliotecas comunitárias diante da expansão da desinformação em contextos marcados por fragilidade de letramento digital. Entretanto, a própria existência dessas bibliotecas não é universal. A pergunta sobre quantas comunidades periféricas dispõem efetivamente de espaços estruturados e mediadores qualificados evidencia o caráter seletivo das políticas públicas. A Biblioteconomia, nesse cenário, encontra-se diante de uma encruzilhada. Manter-se restrita ao modelo institucional tradicional implica reproduzir a colonialidade do saber no interior do campo. Faz-se necessária uma inflexão social que reposicione a mediação informacional como prática comprometida com a transformação das desigualdades estruturais. Se a finalidade da Biblioteconomia é promover a mediação da informação para toda a população, essa mediação deve ultrapassar fronteiras institucionais e assumir caráter territorializado. Tal deslocamento demanda também uma inflexão pedagógica. Nessa direção, a matriz freireana nos oferece uma afirmativa fundamental: não há educação sem conscientização. A educação em informação, portanto, não pode reduzir-se ao ensino técnico de ferramentas. O acesso à tecnologia, inclusive no tocante ao uso de Inteligência Artificial, exige leitura crítica das estruturas que organizam dados e fluxos informacionais; ou seja, a educação em informação deve articular-se ao letramento digital e midiático como prática emancipatória.

Nesse ponto, os aportes de bell hooks revelam-se estratégicos. Ao articular feminismo, raça, classe, espiritualidade e pertencimento étnico-racial, hooks (2021) formula uma pedagogia engajada que desafia hierarquias epistemológicas e recoloca subjetividades historicamente marginalizadas no centro do processo educativo. Sob o mesmo aspecto, Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) sistematizam conceitualmente a interseccionalidade como ferramenta analítica capaz de explicar a complexidade das experiências humanas. Carla Akotirene (2020), complementa ao reivindicar uma orientação situada a partir do Sul global, tensionando apropriações despolitizadas do conceito e denunciando a centralidade da cisgeneridade branca heteropatriarcal nas estruturas contemporâneas de poder. Essa inflexão geopolítica recoloca o debate informacional no interior das disputas sobre colonialidade de gênero e racialização do conhecimento. Assumir tais referenciais implica reconhecer que a mediação informacional é ato político. Em contextos de expansão da Inteligência Artificial e de intensificação das assimetrias tecnológicas, a neutralidade converte-se em escolha que

favorece a manutenção do status quo. Oficinas comunitárias sobre verificação de informações, compreensão do funcionamento algorítmico, identificação de *deepfakes* e uso crítico de redes sociais não constituem ações periféricas; configuram estratégias de enfrentamento às novas formas de colonialidade digital. Como sugestão, a extensão universitária, nesse sentido passa a integrar o núcleo ético da formação biblioteconômica, sobretudo após sua curricularização.

A justiça informacional, portanto, não se limita à ampliação de acervos ou ao acesso técnico a dispositivos digitais. Ela envolve redistribuição de poder simbólico, reconhecimento de epistemologias historicamente marginalizadas e participação efetiva de diferentes sujeitos na produção e organização do conhecimento. A Biblioteconomia, diante das assimetrias produzidas pela colonialidade e reatualizadas pelas tecnologias digitais, é convocada a assumir posição explícita. Mais do que expandir bibliotecas físicas, trata-se de redefinir o horizonte epistemológico do campo, sobretudo ao atuarem em territórios que não possuem biblioteca. Nesse caso, a parceria com escolas, Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), associações de moradores, igrejas, terreiros e outros espaços comunitários podem ser estratégicos para a educação comunitária. Justiça informacional, desinformação e letramento informacional não operam aqui como meros descritores temáticos, mas como eixos estruturantes de um projeto crítico comprometido com a descolonização do saber e com a transformação das desigualdades sociais.

5 RESULTADOS E PROPOSIÇÕES: ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA INFORMACIONAL

Nesta seção, apresentam-se os resultados analíticos da investigação, construídos a partir da leitura e diálogo estabelecido entre os fundamentos teóricos discutidos nas seções anteriores. Busca-se aqui explicitar como as discussões evocadas neste trabalho podem orientar uma práxis biblioteconômica comprometida com territórios historicamente vulnerabilizados. Parte-se do reconhecimento de que a neutralidade profissional se torna insustentável diante de infraestruturas algorítmicas que classificam, hierarquizam e invisibilizam sujeitos, saberes e comunidades. Assim, os resultados organizam-se em torno de estratégias voltadas ao letramento algorítmico crítico, à defesa da soberania de dados e ao fortalecimento de redes comunitárias de mediação da informação, compreendidas como caminhos possíveis para enfrentar desigualdades informacionais e promover formas de

reparação epistêmica. Ao final da seção, as experiências desenvolvidas no âmbito da UNIRIO (como o PET, o Círculo de Leitura, o Repositório TASSIA e o CineClube Leila Ribeiro) são mobilizadas como evidências de que tais estratégias que podem ser realizadas em contextos acadêmicos, comunitários e territoriais.

Se a seção anterior demonstrou que a colonialidade estrutura a produção, a circulação e a legitimação do conhecimento, esta precisa assumir as consequências práticas dessa constatação. Não é mais possível sustentar uma Biblioteconomia que se declare socialmente comprometida e, ao mesmo tempo, permaneça operando nos mesmos marcos institucionais que historicamente concentraram infraestrutura cultural, capital simbólico e autoridade epistêmica nos grandes centros urbanos e nas elites letradas.

A justiça informacional não se realiza pela existência nominal de bibliotecas públicas ou pela ampliação quantitativa de acervos. Ela se materializa quando a mediação informacional desloca o eixo de poder que define quem pode acessar, interpretar e produzir conhecimento. No contexto da desinformação algorítmica, plataformas opacas e aprofundamento das desigualdades tecnológicas, a neutralidade profissional torna-se insustentável. Como já apontado por Quijano (2010), a colonialidade não é um resquício do passado; ela é a própria lógica que organiza o presente. No ambiente digital, essa lógica reaparece sob a forma de infraestruturas algorítmicas que classificam, hierarquizam e invisibilizam sujeitos.

Tarcízio Silva (2021) demonstra que os algoritmos não apenas reproduzem desigualdades raciais, eles as operacionalizam em escala. Isso desloca o debate da “educação midiática” para um enfrentamento mais profundo das formas contemporâneas de discriminação informacional. Se comunidades periféricas são mais vulneráveis à desinformação, como indicam Cabral e Sousa (2023), essa vulnerabilidade não decorre de incapacidade cognitiva ou desinteresse político, mas de exclusões históricas que limitam o acesso a recursos simbólicos e tecnológicos. Nesse cenário, a formação em Biblioteconomia precisa ser radicalmente revista. Não basta inserir uma disciplina optativa o assunto em questão. É necessário reorganizar o projeto formativo a partir da compreensão de que os regimes algorítmicos são hoje dispositivos centrais de poder. Propostas como “hackathons” ou “olimpíadas de inovação”, quando adotadas de forma acrítica, importam para a universidade a lógica neoliberal do Vale do Silício, centrada na competitividade e na solução

rápida de problemas. Se tais práticas forem mantidas, precisam ser ressignificadas. Mutirões de letramento algorítmico crítico, por exemplo, podem deslocar o foco da inovação mercadológica para a análise coletiva de como dados são capturados, como vieses operam e como comunidades podem se proteger de danos informacionais. A questão central não é produzir aplicativos, mas formar profissionais capazes de interrogar a própria arquitetura tecnológica.

No campo da pesquisa, o desafio é ainda mais delicado. Mapear desertos informacionais ou diagnosticar desigualdades é relativamente simples do ponto de vista metodológico. O problema emerge quando a pesquisa transforma comunidades vulnerabilizadas em objetos passivos de investigação. Garcês-da-Silva (2023) alerta para a injustiça participativa que se instala quando sujeitos afetados por determinada realidade não participam da construção do conhecimento sobre ela. A pesquisa-ação, nesse contexto, deixa de ser escolha metodológica periférica e passa a ser exigência ética. Produzir conhecimento com comunidades periféricas implica reconhecer que o território também teoriza. Significa admitir que saberes populares, experiências cotidianas e estratégias locais de enfrentamento à desinformação constituem formas legítimas de conhecimento. Esse deslocamento tensiona a própria hierarquia universitária, mas é precisamente aí que reside seu potencial educativo.

A extensão universitária talvez seja o espaço onde essa tensão se torna mais evidente. Anteriormente tratada como atividade complementar, agora operando de forma integrada ao currículo por meio da curricularização da extensão, ela é, na verdade, o campo onde a teoria encontra seus limites. Inspirada em Paulo Freire (1981) e bell hooks (2021), a extensão precisa abandonar o modelo de transmissão unilateral de conteúdo. Oficinas sobre verificação de informações ou identificação de *deepfakes* não podem se reduzir a manuais técnicos de autoproteção digital. Se não problematizarem as estruturas de poder que produzem desinformação, permanecerão no plano da adaptação e não da emancipação. No âmbito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a justiça informacional materializa-se em práxis que combatem ativamente as assimetrias nos territórios vulnerabilizados. Destacam-se iniciativas como o Programa de Extensão Tutorial (PET) de Biblioteconomia, o Círculo de Leitura como Prática Política, a democratização tecnológica e a acessibilidade são pilares do Repositório TASSIA (Tecnologia Assistiva e de Apoio), enquanto o CineClube Leila Ribeiro e o projeto 'Um, dois, três... Um conto outra vez!' operam na

fronteira entre cultura e informação como instrumentos de resistência. Essas ações consolidam o protagonismo da universidade na construção de uma Biblioteconomia territorializada, servindo de paradigma para políticas de mitigação de desigualdades.

A pedagogia engajada exige presença continuada no território, escuta ativa e disposição para rever pressupostos acadêmicos. Isso significa atuar em escolas públicas, Centros de Referência e Assistência Social, associações de moradores, coletivos culturais e espaços religiosos de matriz africana não como especialistas que "levam conhecimento", mas como parceiros na construção de leitura crítica da realidade informacional. A extensão só cumpre seu papel quando transforma também a universidade. Os projetos culturais e a captação de recursos públicos precisam ser compreendidos para além da dimensão administrativa. Quando a Biblioteconomia elabora projetos para bibliotecas itinerantes, laboratórios comunitários de mídia ou clubes de leitura em territórios quilombolas e rurais, está disputando orçamento público e, portanto, disputando reconhecimento simbólico. Romeiro e Silveira (2023) associam essa disputa à ideia de reparação epistêmica. Não se trata apenas de financiar atividades culturais, mas de redistribuir legitimidade. Levar cultura digital a territórios historicamente negligenciados não é gesto benevolente; é ato político de desestabilização da hierarquia que concentra inovação nos grandes centros urbanos.

Por fim, o debate sobre empreendedorismo social e parcerias com a iniciativa privada precisa ser tratado com cautela. Em um contexto no qual plataformas digitais operam sob lógica de extração massiva de dados, qualquer aproximação com empresas de tecnologia exige vigilância crítica. Projetos de inclusão digital podem, paradoxalmente, ampliar a vigilância sobre populações vulnerabilizadas se não houver controle sobre os dados coletados. Falar em soberania de dados comunitária é reconhecer que informação é também recurso estratégico. Tecnologias sociais devem priorizar autonomia coletiva, transparência e proteção contra usos discriminatórios. A Biblioteconomia não pode restringir-se à organização técnica de acervos enquanto sujeitos são sistematicamente deslegitimados no espaço público digital. O currículo Lattes, por mais relevante que seja para a carreira acadêmica, não substitui a presença efetiva nos territórios onde a desigualdade informacional se materializa. A Biblioteconomia em movimento, portanto, não é um slogan. É a recusa em aceitar que a produção e a validação do conhecimento continuem subordinadas à lógica colonial que define quem pode falar, quem pode inovar e quem deve apenas consumir tecnologia. Se a área

pretende manter coerência com seu discurso de compromisso social, precisa assumir que neutralidade, no atual cenário tecnológico, é forma sofisticada de cumplicidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste estudo indicam que o enfrentamento do racismo algorítmico e das injustiças epistêmicas e dos processos de desinformação mediados por sistemas de Inteligência Artificial demanda uma revisão crítica das concepções de neutralidade historicamente associadas às práticas informacionais e biblioteconômicas. A crescente centralidade dos algoritmos na produção da informação desloca o debate sobre exclusão digital para além das questões de acesso e infraestrutura, evidenciando dimensões relacionadas à visibilidade, à representação e à interpretação dos sujeitos nos ambientes digitais. Nesse contexto, a atuação do profissional da informação adquire relevância estratégica na promoção de práticas informacionais comprometidas com a justiça social.

A articulação entre os aportes de Paulo Freire e bell hooks permitiu compreender a mediação da informação como um processo formativo orientado para o desenvolvimento da consciência crítica. Sob essa perspectiva, a educação informacional não se restringe à identificação de conteúdos falsos ou enganosos, mas envolve a compreensão dos mecanismos sociotécnicos que estruturam os fluxos informacionais contemporâneos. Os resultados da análise também evidenciam a importância de práticas territorializadas que reconheçam os saberes produzidos pelas comunidades e favoreçam a construção coletiva do conhecimento. Nesse sentido, iniciativas vinculadas à pesquisa-ação, à extensão universitária e às parcerias com organizações comunitárias configuram possibilidades concretas para o fortalecimento da participação social nos processos de produção e apropriação da informação. Em cenários marcados pela concentração de poder informacional em grandes plataformas digitais, o fortalecimento de redes locais, escolas públicas, equipamentos de assistência social, associações comunitárias e outros espaços de organização coletiva pode contribuir para ampliar as condições de acesso, uso crítico e produção de informações socialmente relevantes.

Como limitação, este estudo apresenta um caráter predominantemente teórico, fundamentado na revisão e articulação de referenciais críticos. Assim, as proposições discutidas demandam investigações empíricas que permitam analisar sua viabilidade, alcance e potencial de transformação em contextos específicos. Estudos futuros poderão examinar

experiências de formação em diferentes territórios e grupos sociais, investigando os modos pelos quais comunidades historicamente vulnerabilizadas se apropriam de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial e elaboram estratégias de resistência às desigualdades reproduzidas nos ambientes digitais.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

CABRAL, Francine Conde; SOUSA, Rodrigo Silva Caxias. Práticas em bibliotecas comunitárias: o discurso do sujeito coletivo sobre desinformação e empoderamento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. [S. l.]: ANCIB, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/en/article/view/509/522. Acesso em: 12 maio 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DEZUANNI, Michael; OSMAN, Kim. **IFLA trend report 2024**. Brisbane: Digital Media Research Centre, 2024. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/ifla-trend-report-2024.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice**: power and the ethics of knowing. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Biblioteconomia negra**: das epistemologias negro-africanas à teoria crítica racial. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na biblioteconomia: reflexões necessárias. *In*: CARDONA, Nathália Duque; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. **Epistemologias latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota).

GHEDIN, Evandro; NASCIMENTO, Greicy Oliveira. Hermenêutica crítica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, [S. l.], v. 17, n. 47, p. 10-42, 2025.

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade**: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021.

MIGNOLO, Walter. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 48, n. 48, 2020. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324. Acesso em: 19 jun. 2026.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine Oliveira. A responsabilidade social na formação do bibliotecário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 109-124, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/24107. Acesso em: 3 maio 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

ROMEIRO, Nathália Lima; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Justiça informacional, questões de gênero e interseccionalidades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. [S. l.]: ANCIB, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2482. Acesso em: 30 abr. 2026.

ROMEIRO, Nathália Lima; SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis. Desenvolvimento da competência em informação em comunidades quilombolas. *In*: SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; MORAES, Marielle Barros de (org.). **Biblioteconomia social**: epistemologia transgressora para o século XXI. São Paulo: ABECIN, 2018.

SALDANHA, Gustavo; ALMEIDA, Tatiana de; SILVEIRA, Naira (org.). **Teorias críticas em organização do conhecimento**. Brasília, DF: IBICT, 2022. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1248. Acesso em: 30 abr. 2026.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SILVA, Tarcízio. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. *In*: SILVA, Tarcízio (org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRua, 2021.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A informação na ciência da informação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/48655. Acesso em: 3 maio 2026.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. **A luta das mulheres tem muitos nomes**: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual. 2022. 234 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 285-293, nov. 2017. DOI: https://doi.org/10.18617/liinc.v13i2.4075. Acesso em: 11 maio 2026.